

Proposta do Governo flexibiliza estabilidade

18 FEV 1995

BRASÍLIA — O Governo Fernando Henrique Cardoso está elaborando uma proposta sobre a questão da estabilidade do funcionalismo público mais tímida do que a defendida por alguns de seus aliados, que desejavam sua eliminação total. A intenção, com isso, é reduzir as resistências, pois o assunto é polêmico mesmo entre os partidos que dão sustentação ao Governo. Isto ficou claro nos seminários promovidos pelo Governo com os partidos aliados (PSDB, PMDB, PFL, PTB, PP, PL), o PPR e sindicalistas.

A idéia é flexibilizar a estabilidade, diz o próprio ministro da Administração, Luís Carlos Bresser Pereira, criando mecanismos que permitam a demissão de servidores por critérios como o da ineficiência e da inaptidão para o cargo. O Governo ainda analisa o melhor momento para apresentar a proposta ao Congresso, mas alguns parlamentares acham que ela será enviada no início de março, junto com outras referentes a reformas do Estado.

— Algumas pessoas preferiam

que a proposta fosse mais ousada — disse o ex-deputado José Abrão (PSDB-SP), agora cuidando no Palácio do Planaltop da relação com o Congresso.

Nas palestras feitas aos parlamentares aliados do Governo, o ministro da Administração falou na necessidade de 'se mexer' na estabilidade do funcionalismo, criando mecanismos que permitam a demissão a partir de avaliações periódicas de desempenho. O ministro também ressaltou que devem ser reestudadas questões como o Regime Jurídico Único do funcionalismo, que deve ser extinto. Bresser ainda se manifestou contrário à manutenção na Constituição da isonomia salarial entre os três poderes.

A disposição de discutir agora a estabilidade conta com o apoio de governadores, como o tucano Eduardo Azeredo (MG):

— Temos que tratar de assuntos como esse. Chega de todo mundo jogar para a platéia. A estabilidade deve existir, mas não como é hoje, porque as regras atuais geram acomodação.